

Brasil e OTAN em um mundo multipolar

Antonio Jorge Ramalho da Rocha

Resumo

Este ensaio argumenta que o Brasil tradicionalmente conduziu sua relação com a OTAN com cautela no âmbito político e diligência no plano da cooperação técnica militar. As interessantes oportunidades de cooperação que hoje se apresentam estão em linha com o relacionamento histórico, mas implicam riscos importantes, que não devem ser negligenciados. O tema é mais delicado para o Brasil, face às implicações dessa relação para o equilíbrio geopolítico regional e considerando-se o fato de que, em termos estruturais, o Brasil é menos relevante para a agenda e prioridades da OTAN do que a OTAN para o Brasil e sua inserção internacional. Assevera-se, por fim, que ao Brasil interessa manter com a OTAN relação de confiança e cooperação com distância e cadência que lhe permitam recuperar autonomia e capacidade de iniciativa para perseguir seus objetivos no ambiente internacional, postura que não se observou nos últimos anos.

Abstract

This essay argues that Brazil has traditionally conducted its relationship with NATO with caution in the political sphere and diligence in the field of military technical cooperation. The interesting opportunities for cooperation that present themselves today are in line with the historical relationship, but involve important risks that should not be neglected.

The issue is more delicate for Brazil, given the implications of this relationship for regional geopolitical balance and considering the fact that, in structural terms, Brazil is less relevant to NATO's agenda and priorities than NATO is to Brazil and its international insertion. Finally, it is asserted that Brazil is interested in maintaining with NATO a relationship of trust and cooperation with a distance and cadence that allows it to recover autonomy and the capacity for initiative in pursuing its objectives in the international environment, a posture that has not been observed in recent years.

Apresentação

O tema deste ensaio é relevante, oportuno e multifacetado. A relação entre Brasil e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) afeta não apenas a inserção internacional do país, mas também a da América do Sul e o equilíbrio político regional. Os organizadores destes Cadernos Adenauer foram sábios, pois, ao enquadrar este assunto na perspectiva mais ampla da geopolítica na nova ordem global, tendo em vista a crescente dificuldade de conciliar a orientação geográfica da aliança militar coordenada pela OTAN e as transformações da guerra contemporânea. E, a julgar pelas implicações globais da guerra em curso na Ucrânia, tanto quanto pelo que possa resultar das eleições presidenciais brasileiras em outubro de 2022, o assunto será ainda mais importante nos próximos meses.

Este ensaio não esgota sua análise; apenas resume aspectos históricos dessa relação e organiza a discussão, oferecendo ao leitor análises que instiguem reflexões sobre o futuro dessa relação e suas implicações para a OTAN e para o Brasil. Se a leitura for agradável e provocadora ao ponto de encorajá-lo a aprofundar-se no exame do tema, o texto terá atingido seu objetivo.

Desde logo, proponho ao leitor reter duas ideias que balizam seu argumento principal: (1) a relação entre OTAN e Brasil é assimétrica, isto é, a relevância do Brasil para a Organização é significativamente menor

do que a da OTAN para o Brasil e sua inserção internacional; e (2) ao Brasil interessa manter com a OTAN relação de confiança a uma distância segura, que lhe permita recuperar autonomia e capacidade de iniciativa para perseguir seus objetivos no ambiente internacional. O argumento central é o de que a relação se tornou mais visível nos últimos anos, mas tradicionalmente é tratada com cautela no âmbito político e diligência no plano da cooperação técnica militar. As oportunidades de cooperação são interessantes e guardam sentido histórico, mas implicam riscos importantes, que não devem ser negligenciados. Atualmente, contudo, falta ao Brasil clareza em relação aos objetivos a que almeja em suas relações internacionais, inclusive em relação à OTAN. Por isso mesmo, o debate ora conclamado pela KAS Brasil é oportuno.

O texto organiza-se em três breves seções. A primeira situa a América do Sul no ambiente internacional contemporâneo, marcado pela multipolaridade sem multilateralismo, com especial atenção ao papel dos Estados Unidos da América (EUA), dada a sua liderança na OTAN. A segunda registra contradições na trajetória da OTAN no pós-Guerra Fria. A terceira resume sua relação com a América do Sul e o Brasil e apresenta dilemas e perspectivas dessa relação no futuro próximo. Segue-se uma sucinta conclusão.

1. A inserção do Brasil no cenário internacional de segurança e a OTAN

Compreender a importância da relação com a OTAN para a inserção do Brasil no atual cenário internacional de segurança é desafiador devido a dois processos principais. O primeiro é estrutural e guarda relação com a América do Sul, cuja dinâmica vem se transformando de modo relevante nos últimos anos. Embora ainda seja relativamente pouco afetada pelas principais disputas geopolíticas globais, a região tende a ganhar relevância geo-econômica no médio prazo, em razão de suas riquezas naturais. Além disso, a região que no passado recente tentou falar ao mundo com uma só voz, conferindo significado político ao

que antes era apenas uma expressão geográfica, hoje tornou-se em uma espécie de palco onde as grandes potências disputam espaço, mercados e garantias de acesso a água potável e alimentos, a petróleo e lítio, entre outros minerais estratégicos. Em grande medida, e este é o segundo processo relevante em nossa discussão, isso se deveu ao progressivo esvaziamento da liderança brasileira, cuja política externa apequenou-se a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff, quase hibernou durante o governo Temer e, no governo Bolsonaro, vem se mostrando míope, errática, oportunista e contraditória.

Começemos com o lugar da América do Sul na geopolítica global. Finda a Guerra Fria, somente agora os contornos da nova ordem internacional parecem delinear-se, sobressaindo a consolidação de polos de poder e disputas entre as grandes potências, em meio à redefinição dos termos da interdependência que ainda vincula economias e sociedades e o esvaziamento das estruturas de governança global estabelecidas a partir de *Bretton Woods*. O resultado é um mundo mais instável e perigoso, carente de espaços de interlocução que confirmam ao multilateralismo seu tradicional papel de “algodão entre cristais” e de efetivo promotor de agendas públicas globais na linha inaugurada pelas Metas do Milênio, hoje consolidadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU.

Neste mundo multipolar, interdependente mas sem governança, os desafios de construção de uma “esfera pública global”, explicitados por Volkner (2014), a partir da obra de Habermas (1991), são monumentais, particularmente em meio à ascensão de propostas autoritárias e neofascistas em várias partes do globo. A “desglobalização” em curso, cuja evolução é ainda nebulosa, reafirma a impropriedade dos mecanismos de governança global conhecidos, sem apontar, contudo, alternativas plausíveis. A progressiva erosão do modelo implantado sob a liderança dos EUA a partir de 1945 (BELLO, 2002; STIGLITZ, 2022; BAUMANN, 2022) evidenciou-se nas respostas à Pandemia da COVID-19, mas já se deixava entrever nas equivocadas prioridades adotadas pelos EUA no pós-11 de setembro e, mais recentemente, na atitude transacio-

nal adotada pela administração de Donald Trump. Pouco a pouco, os EUA reduziram sua capacidade de exercer influência global por meio das organizações internacionais, adotando posturas de barganha, as quais alimentam confrontações e reduzem espaços de cooperação no âmbito internacional.

Em paralelo, a ascensão da China e a estruturação de sua capacidade de influência global via Belt & Road Initiative (BRI), agora fortalecida pela Guerra na Ucrânia, completam o quadro de disputa estratégica global enunciada tanto no novo conceito estratégico da OTAN (2022) quanto na mais recente Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (US, 2022). Nela, a Casa Branca confere igual relevância à “competição geopolítica global” e aos desafios “transnacionais”, compartilhados por todos os Estados, que fundamentam a segurança nacional e internacional e só podem ser enfrentados de forma concertada, entre os quais figuram: mudança climática, insegurança alimentar, doenças contagiosas, terrorismo, necessidade de novas fontes de energia e inflação. No caso da competição geopolítica, ressalte-se a diferenciação entre Rússia e China: se aquela é tratada como pouco mais do que um perigoso “rogue state”, esta é considerada “*the only competitor with both the intent to reshape the international order and, increasingly, the economic, diplomatic, military, and technological power to advance that objective*” (USA, 2022, p.8). Em suma, pelo menos do ponto de vista dos EUA e da OTAN, a competição geopolítica com a China não poderia ser mais explícita.

O problema é que ela já se faz sentir na América do Sul. A região insere-se de forma peculiar no ambiente internacional, estando longe de contendas globais, com trajetória histórica marcada pelo paradoxo de abrigar países pacíficos com sociedades violentas. Ao longo da história, foram poucas as guerras intensas entre países sul-americanos, a última das quais terminou em 1935, envolvendo Bolívia e Paraguai. Sem contar conflitos menores, como a Guerra do Cenepa, pode-se dizer que a região teve outras duas guerras importantes, ambas no século XIX: a do Pacífico e a do Paraguai. O Século XX marcou-se por negociações e

arbitragens políticas dos poucos conflitos que restam, mas a região foi envolvida nas duas guerras mundiais.

A ausência de guerras contrasta com elevados índices de violência urbana. Nove dos dez países mais violentos do mundo estão na América Latina. No Brasil, por exemplo, registraram-se, em 2021, 130 mortes violentas intencionais por dia, uma média de 5,4 por hora (FBSP, 2022). É isso mesmo, leitor: duas ou três pessoas serão assassinadas no Brasil quando você chegar ao fim deste ensaio. Organizações criminosas traficam de pessoas a madeira, de biodiversidade a minerais, para não falar de armas e drogas, através das fronteiras impunemente, face à ineficácia do Estado, ou à conivência de governantes, no combate à criminalidade. Segurança pública, contudo, não é assunto a ser enfrentado com Forças Armadas, menos ainda via alianças militares.

Possuidora de aproximadamente 1/3 dos recursos hídricos renováveis do planeta e de quase 40% das reservas bioenergéticas mundiais, amplas extensões de terra agricultável e plana, importantes reservas de minerais estratégicos e fontes energéticas, a América do Sul firma-se como uma espécie de celeiro do mundo, sendo já a terceira maior produtora mundial de trigo, milho, soja, açúcar e arroz, exportando alimentos para a população global que, ao final deste século, deverá alcançar 11 bilhões de seres humanos. Bruckmann (2011) e Fuccile et alii (2017), por exemplo, examinam, nesse contexto, a necessidade de concertar ações no âmbito regional para proteger os interesses dos países sul-americanos.

Em 2015, o Ministério das Relações Exteriores previu que, até 2050, a América do Sul será responsável por 30% da produção agrícola do mundo. Mais recentemente, a Embrapa (2021) registrou as projeções do Mapa que apontam tendência de alta, entre as safras de 2020/2021 e 2030/2031, nas exportações de soja (33,6%), de milho (43,8%); e de café (23%), bem como as do USDA, para quem em 2031/2031 o Brasil alcançará a posição de principal exportador mundial de soja, com participação de 55,5% do mercado mundial, e o segundo maior exportador de milho, com participação de 26%. Não por acaso, China e Rússia intensificaram

sua presença na região, por meio de investimentos produtivos nos setores mineral, agrícola e de infraestrutura, além de encetarem iniciativas de cooperação no plano estratégico, particularmente nas áreas de defesa, telecomunicações e exploração do espaço sideral.

De fato, a China já supera os EUA no comércio bilateral com Brasil, Chile, Peru, Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela, havendo levado os EUA a rever o tratamento conferido à região (GILBERT et alii, 2022). Salcedo (2021) registra que, entre 2005 e 2020 a América Latina recebeu da China 99 empréstimos, totalizando US\$137 bilhões, 93% dos quais concentrados na Venezuela, Brasil, Equador e Argentina. Apenas entre 2015 e 2020, o investimento estrangeiro direto aproximou-se de US\$ 160 milhões, gerando mais de 560.000 empregos diretos na região. Namihis et alii (2021) registram, ainda, investimentos no campo da cultura (40 institutos Confúcio) e numerosos acordos de cooperação técnica e tecnológica no campo militar e cibernético, este influenciado pelo contencioso em torno da implantação da infraestrutura da internet 5G. A lista é longa, leitor, mas não há espaço aqui para registrá-la; não faltam boas fontes sobre o assunto.

Em resumo, considerando-se tendências demográficas e suas implicações para a demanda por água, alimentos e energia, a região tende a ganhar relevância no âmbito global. Ampliando-se a escassez ou acirrando-se a disputa entre as grandes potências, não há dúvida de que a América do Sul será explorada e usada como moeda de troca em seus confrontos políticos e militares.

Entretanto, os países sul-americanos parecem ter perdido a capacidade de concertar esforços a bem de seus próprios interesses. O desmonte que o atual governo vem promovendo na política externa do país ilustra esse processo. Se os Governos Rousseff e Temer marcaram-se pelo desinteresse e baixa prioridade conferida às políticas externa e de defesa, o de Bolsonaro jamais conseguiu dizer a que veio. Pior ainda, adotou postura transacional nas negociações dos interesses nacionais, enxergando apenas o curto prazo à luz das preferências do governo, negligenciando os interesses do Estado brasileiro.

O descalabro em que se transformou a política externa brasileira começou já no discurso de posse, em que tradicionalmente o ministro das Relações Exteriores anuncia as linhas gerais da política externa do governo que assume. O ex-chanceler Ernesto Araújo (2019) tentou mostrar erudição, denunciou o “globalismo” que visa “acabar com as nações e afastar o homem de Deus” e prometeu fazer “do Itamaraty um instrumento de amor pelo nosso país e pelo nosso povo”, por meio da palavra. Ao asseverar que o “Brasil estava preso fora de si”, prometeu “libertar a política externa brasileira”, desmoralizando talvez a única política de Estado que o país conseguiu forjar a partir de uma tradição secular de sabedoria e profissionalismo. Foi assim, em meio a citações de sua conta no Twitter, a lemas de campanha e frases de efeito em alemão, tupi e latim, que o então chanceler enxovalhou uma postura internacional que granjeou ao país respeito universal e lhe proporcionou um território continental com fronteiras estáveis, negociadas com países amigos. Faltaram-lhe palavras, contudo, que indicassem pelo menos um sentido de direção.

Três anos e meio depois, substituído o ministro, o MRE aparenta tentar conter os danos da desastrosa ação internacional do atual governo. Não é tarefa fácil. A imagem do Brasil no exterior nunca foi tão ruim. O desmonte das agências governamentais e suas políticas públicas, o aumento da corrupção, os ataques do presidente da República às instituições democráticas do próprio país e o estímulo de seu governo a atividades ilegais na Amazônia transformaram o Brasil em uma espécie de pária internacional. As poucas iniciativas de política exterior em que se vislumbra algum sentido prático parecem ter sido encetadas por impulso, orientadas para o curto prazo e a custos difíceis de mensurar. Foi assim, por exemplo, com a visita presidencial à Rússia na semana em que ela invadiu a Ucrânia, com o pretexto de negociar o fornecimento de óleo diesel e fertilizantes. Caso o atual presidente se reeleja, não se espera mudança de comportamento; o mais provável, aliás, é que essas práticas se ampliem e fortaleçam.

Enquanto isso, o mundo não espera o Brasil. As mudanças geopolíticas mais amplas redefinem lealdades e alianças na América do Sul, hoje transformada em palco de disputas entre as grandes potências. O modo como as disputas entre essas potências e os EUA se materializarão nesta parte do mundo não está claro, mas já é possível vê-las usando esses ativos como moeda de troca nas disputas globais, como tem sido o caso das votações na ONU relativas à guerra na Ucrânia.

Quando ainda tinha uma política externa coerente, em seu esboço de grande estratégia, o Brasil liderou esforço coletivo de afirmação da América do Sul como uma região de paz e cooperação, livre de armas de destruição em massa e comprometida com a construção de um mundo mais harmônico, justo e próspero (AMORIM, 2016). Tratava-se de fortalecer o multilateralismo e usar a política externa para promover o desenvolvimento socioeconômico do país, ampliando, se possível, sua autonomia no cenário internacional e dissuadindo possíveis ameaças externas à região.

Naquele contexto, ampliou-se o diálogo político e a cooperação com a OTAN, ambos marcados pela afirmação da autonomia regional e pelo empenho no sentido de fortalecer o multilateralismo e a solução pacífica de controvérsias. Foi então que o Brasil avançou em acordos de cooperação com os Estados Unidos da América (EUA) no campo da Defesa, estabelecendo o arranjo normativo que enquadra não apenas a relação bilateral, mas, por extensão, a relação do Brasil com a OTAN. A extensa lista de acordos (USSC, 2017) indica tanto o alinhamento político quanto a dependência tecnológica e, em larga medida, doutrinária, que caracteriza a relação bilateral – um processo que ganhou impulso com a adesão do Brasil aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Esse processo beneficiou-se de sólida base de cooperação técnica militar, como veremos.

Antes de passar aos desafios enfrentados pelo Brasil em sua relação com a OTAN, convém recordar a recente evolução dessa organização e seus movimentos mais significativos, tendo em conta a assimetria men-

cionada anteriormente, isto é, o fato de que a relação com o Brasil ocupa prioridade relativamente baixa para a organização.

2. A OTAN no pós-Guerra Fria

Ao refletir sobre as razões da resiliência e capacidade da OTAN de manter-se relevante no ambiente internacional, Díaz Toribio (2022) realça sua flexibilidade em responder às crises internas impostas pelos rearranjos no ambiente internacional de segurança e pela manutenção do foco norte-americano na preservação da paz na Europa, onde defende seus próprios interesses de modo criativo, especialmente no que concerne às diferentes interpretações conferidas ao caráter dissuasório da aliança militar. O autor não parece notar, contudo, o caráter expansionista adotado pela Organização desde o fim da Guerra Fria, que, ao desautorizar compromissos firmados quando das negociações em torno da reunificação da Alemanha, no início dos anos 1990 (NSA, 2017), alimentou tensões com a Federação Russa, entre outras potências, como veremos a seguir. Além disso, essa expansão impõe à OTAN o dilema de conciliar o foco regional que informou sua criação com a natureza global inerente às guerras do presente, mais ainda às do futuro previsível, dada a maior relevância das tecnologias disruptivas para os conflitos contemporâneos.

Já em seu preâmbulo o Tratado de Washington afirma a determinação das partes de

safeguard the freedom, common heritage and civilisation of their peoples, founded on the principles of democracy, individual liberty and the rule of law. They seek to promote stability and well-being in the North Atlantic area. (OTAN, 1949).

Entretanto, ao propor a mais recente rediscussão do conceito estratégico da OTAN, Stoltenberg (2021) reafirma que a OTAN “*is, and will remain, an alliance of Europe and North America*” ao tempo em que sa-

lenta que a região enfrenta desafios securitários globais, necessitando, pois “*global awareness and global reach.*” Mais ainda: “*We cannot confine security to specific regions*” [...], dado que

many of today’s threats are not restrained by geography, or lines on a map. Cyber and terrorist attacks, aggressive actions in space, the use of hypersonic glide vehicles and intercontinental ballistic missiles, and climate change, are truly global challenges.

O Secretário-Geral conclui, então, que neste mundo imprevisível impõe-se a absoluta necessidade de trabalhar de modo próximo com “*like-minded partner countries around the world.*”

Stoltenberg acerta em seu diagnóstico, que convenientemente reforça a dimensão ideológica da OTAN, com óbvias implicações políticas e orçamentárias. Em sua fala, considerou o governo da Rússia “agressivo no exterior e opressor em casa”, quando a invasão da Ucrânia estava ainda em gestação. Realçou, ainda, a expansão do Partido Comunista Chinês, que usa “seu poder econômico e militar para coagir outros países e controlar seu povo”, fincando posições na África, no Ártico, no espaço sideral e no cibernético.” Rússia e China foram singularizados como agentes ameaçadores, ao lado de ameaças difusas, como ataques terroristas, proliferação nuclear e mudança climática.

O discurso responde, ademais, aos desafios que, na visão de Lute & Burns (2019), a OTAN passou a enfrentar durante o Governo Trump, especialmente relacionados com a fadiga do multilateralismo e do apoio ao projeto europeu, que impõe aos EUA o risco de isolacionismo e substituição do estratégico exercício de influência estrutural, via organismos internacionais, pela tática de interações sucessivas, na base do “tit-for-tat” empregada naquela administração.

Em outras palavras, ao reconhecer o fracasso do conceito estratégico de 2010, que buscou engajar a Rússia pela via da interdependência energética com a Europa, o Secretário-Geral anunciou os contornos do novo Conceito Estratégico, cuja negociação foi acelerada pela invasão

da Ucrânia, chegando a termo em Madrid, em 29 de junho de 2022, quando as partes reafirmaram o caráter “euro-atlântico” da Aliança e seus objetivos principais: “*deterrence and defence; crisis prevention and management; and cooperative security*”. (OTAN, 2022)

Criada para organizar os trabalhos de uma aliança militar destinada a conter a expansão da União Soviética durante a Guerra Fria e manter a paz na Europa, a OTAN gradualmente tornou-se uma burocracia complexa, com visões e interesses próprios. Em alguma medida, isso se deveu à estratégia de sobrevivência da Organização, que, como qualquer burocracia, sempre encontra justificativas plausíveis para manter seu orçamento. Isso não surpreende, considerando-se o padrão *path-dependence* dos projetos empreendidos por organizações complexas capazes de empreender projetos de longo prazo que enredam atores políticos e econômicos em atividades cuja interrupção passa a ser percebida pelas sociedades envolvidas como mais custosa do que sua continuidade.

Nesse sentido, o caso da OTAN é emblemático. Gorbachev, aliás, advertira Reagan de que lhe criaria um grande problema, privando-o de um inimigo. Ninguém esperava, contudo, a rápida dissolução da União Soviética, que excluiu da agenda política internacional o risco da expansão da Rússia (logo, a necessidade de contê-la) no início da década de 1990. Tão relevante quanto o súbito desaparecimento de um dos pólos que estruturara o sistema internacional por quatro décadas e meia foi a crescente e acelerada desimportância do comunismo como uma ameaça a ser combatida. Além do óbvio fracasso do modelo socioeconômico, o fato de a China haver aderido, em um caminho claramente sem volta, à economia de mercado e o rápido ingresso das ex-repúblicas soviéticas nas organizações de Bretton Woods evidenciaram os desafios à sobrevivência da OTAN. Some-se a isso o fato de que, com Maastricht, a Europa avançava na consolidação de seu projeto regional.

Em outras palavras, em poucos anos, as razões pelas quais a OTAN se constituíra simplesmente desapareceram. A organização tratou, então, de reinventar-se, associando-se aos valores ocidentais que, já na Carta do Atlântico, anunciavam os preceitos morais que fundamentariam a

constituição da aliança militar. Ficou claro, portanto, que sua sobrevivência como organização dependia de justificar-se junto às sociedades de seus constituintes como um relevante instrumento de promoção de valores e comportamentos liberais e democráticos.

Era preciso, igualmente, contribuir para redefinir o contexto de segurança internacional pós-Guerra Fria, cujos contornos seguem relativamente obscuros. No imediato pós-Guerra Fria, sabia-se apenas que a unipolaridade teria vida curta, mas não estava claro se os EUA continuariam dispostos a financiar os bens públicos necessários a manter a ordem neoliberal por meio das instituições criadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Também era preciso lidar com os países da ex-União Soviética e seus aliados, que buscavam auxílio econômico e militar em contexto mais volátil e imprevisível do que o da Guerra Fria.

A resposta da OTAN foi inteligente e metódica, mas observou contradições. Sendo uma aliança militar com compromissos bem estabelecidos, não cabia aceitar adesões de quaisquer países. Tampouco convinha deixá-los órfãos de engajamentos que lhes sinalizassem condições suficientemente seguras e estáveis para investir em seu desenvolvimento socioeconômico. Tratava-se, pois, de expandir a organização de forma organizada, trazendo para sua esfera de influência os países que assim desejassem, o que também contribuiria para expandir mercados e redefinir a liderança dos EUA nesse novo ambiente. Na linguagem diplomática, tratava-se de ‘estender a mão da amizade [e] projetar estabilidade por meio da cooperação’ (STOLTENBERG, 2021), encetando parcerias em dinâmicas regionais e bilaterais em torno de agendas previamente definidas: consultas políticas sobre temas de segurança; promoção de interoperabilidade e melhores práticas; reforma dos arranjos de defesa e fortalecimento institucional; e realização de operações e missões conjuntas em áreas críticas, como foi o caso dos Bálcãs, do Mediterrâneo e do Chifre da África.

Nesse contexto, a OTAN dispôs formas de associação voltadas para acolher os países da ex-União Soviética, via processos longos de negociação caso a caso: estabeleceu diálogo estruturado com os países da

região Euro-Atlântica, cuja vinculação formal à organização não está definida para nenhuma das partes e com os do Mediterrâneo, por meio da Iniciativa de Cooperação de Istambul; e criou uma iniciativa de cooperação especial com “parceiros globais”, entre os quais figuram países tão distintos quanto Afeganistão, Austrália, Colômbia, Iraque, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia e Paquistão.

Apegou-se, ademais, aos princípios listados em sua carta, denunciou novas ameaças e expandiu-se em direção ao leste europeu. Desde 1997¹, 14 países aderiram à OTAN, cuja política de ‘portas abertas’ tem sido reafirmada continuamente. Esse processo contradiz compromissos assumidos pela Aliança com suas contrapartes no início dos anos 1990, como registram os documentos oficiais tornados públicos pela Lei de Liberdade da Informação dos EUA (NSA, 2017). A famosa garantia oferecida pelo então Secretário de Estado, James Baker, em seu encontro de 09/02/1990 com o líder Soviético, Mikhail Gorbachev, de não expansão da OTAN “*not one inch eastward*” veio acompanhada de compromissos das mais altas autoridades dos EUA, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, França e outros países ocidentais. Sem isso, na visão do ex-Diretor da CIA, Robert Gates (2000), os russos não teriam sido “levados a acreditar” nesse compromisso, concordando com o processo de reunificação empreendido sob a liderança do ex-Chanceler Kohl. Como se sabe, a reunificação alemã, considerada passo crucial para consolidar os acordos que levaram ao Tratado da União Europeia, era vista também como necessária para assegurar a estabilidade no velho continente, igualmente dependente da percepção, por Moscou e seus aliados, de auto-contenção da Aliança Militar.

Em síntese, a OTAN trabalha para convencer os países que a constituem de sua necessidade, reafirmando sua condição de aliança política e

1 Polónia, Hungria e República Tcheca, em 1999; Bulgária, Eslovênia, Eslováquia, Estónia, Letónia, Lituânia e Romênia, em 2004; Albânia e Croácia, em 2009; Montenegro, em 2017; e Macedônia do Norte, em 2019. Suécia e Finlândia já iniciaram tratativas para ingressar na Organização, que considera receber também a própria Ucrânia, a despeito do risco que esse movimento encerra.

militar, baseada nos princípios democráticos, na defesa da democracia, das liberdades individuais e do estado de direito, com a missão principal de dissuadir ataques aos países membros e manter a paz no Atlântico Norte e na Europa. Em decorrência das mudanças observadas no pós-Guerra Fria, a defesa desses princípios e o cumprimento dessa missão estendeu-se a outras partes do mundo, engendrando tensões sobretudo com a Federação Russa, e, a julgar pelos documentos oficiais, com a China.

No que concerne à América do Sul, a aproximação vem se dando em torno da afirmação de valores compartilhados e pragmáticas colaborações com países que mostram interesse especial, como há muito é o caso da Colômbia, que em 2015 se tornou parceiro global da OTAN e recentemente (março de 2022) foi considerada pelos EUA como Aliado Estratégico Extra-OTAN, condição que lhe confere benefícios especiais em termos de acesso a recursos e tecnologias. Em geral, a cooperação gira em torno da agenda da própria organização, especialmente no combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, na cooperação para enfrentar os desafios de segurança emergentes, como defesa cibernética, segurança energética e segurança marítima. Além de realizar consultas, compartilhar boas práticas e organizar exercícios conjuntos, essa aproximação visa também facilitar a venda de armamentos e a prestação de serviços aos parceiros globais.

Parte do pacote, contudo, implica abrir espaço ao estabelecimento de bases da OTAN nos territórios dos parceiros globais, com óbvias implicações para o equilíbrio regional. Recentemente, o presidente eleito da Colômbia teria encetado diálogo com a OTAN (da qual a Colômbia “faria parte” – o que não é verdade) para trazê-la “para cuidar da Floresta Amazônica, para emprestar colaboração tecnológica”, segundo Barbosa (2022). Para o experiente embaixador, a iniciativa, se confirmada, é “de extrema gravidade”, razão pela qual, para o Brasil, “é urgente restabelecer a prioridade para o entorno geográfico, com uma nova atitude em relação à Amazônia” [...] para não ter de “lidar com os desdobramentos estratégicos imprevisíveis no seu entorno, determinados por atores es-

trangeiros e potencialmente contrários aos interesses nacionais”. O argumento do embaixador Barbosa sintetiza a tradicional abordagem do governo brasileiro em relação à América do Sul e sua preocupação em preservar a região de ameaças externas, estabelecendo arranjos cooperativos que permitam aos países sul-americanos preservar ao máximo sua autonomia e promover seu desenvolvimento socioeconômico. Se isso vale para a relação com potências estrangeiras, é ainda mais verdadeiro, por óbvio, na relação com alianças militares.

Eis o contexto em que se insere a relação do Brasil com a OTAN, leitor. Expostas as linhas gerais das transformações geopolíticas globais e o modo como a OTAN vem se reposicionando nesse ambiente, vejamos como esses processos afetam a relação do Brasil com a OTAN.

3. A relação do Brasil com a OTAN e seus dilemas no futuro próximo

Praticamente desde sua independência, talvez devido à influência da presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro a partir de 1808, o Estado brasileiro implementou uma política externa marcada por visão global e busca de autonomia. Ciente de seus recursos, inclusive diplomáticos, o Brasil evitou conflitos regionais, a fim de dificultar a tradicional política de ‘dividir para governar’ aplicada pelas grandes potências nas antigas colônias. Vitorioso na única guerra de grandes proporções em que se envolveu na região, contra o Paraguai de Solano López, o Império brasileiro soube conter-se em seu território, evitando ressentimentos.

A mesma preocupação em preservar boa relação com seus vizinhos presidiu a negociação jurídica das fronteiras e contribuiu para construir confiança entre os países da região. Essa política externa proporcionou respeitabilidade ao Brasil, que, pelo menos desde a Segunda Conferência de Paz da Haia, em 1907, associou sua postura internacional ao tratamento não-discriminatório dos Estados pelo Direito Internacional e à promoção do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias.

Nisso, o Brasil não esteve só. Semelhantes diretrizes marcaram o testamento político de Washington a seus compatriotas:

nothing is more essential than that permanent, inveterate antipathies against particular nations and passionate attachments for others should be excluded and that in place of them just and amicable feelings towards all should be cultivated (WASHINGTON,1796).

Afinal, vincular seu destino a outras nações contradiz a ‘grande regra de conduta em relação a nações estrangeiras’: “*in extending our commercial relations, to have with them as little political connection as possible. So far as we have already formed engagements, let them be fulfilled with perfect good faith. Here let us stop.*” Rio Branco, como nenhum outro estadista brasileiro entendeu esse conselho de Washington, que encontrava eco nas iniciativas do primeiro chanceler brasileiro, José Bonifácio, no alvorecer da independência nacional. A tradição diplomática brasileira forjou-se nessa busca de autonomia para assegurar o controle de seu vasto território e perseguir os próprios no exterior.

Desde Rio Branco, a consciência dos interesses pátrios e a capacidade de conduzir-se de modo firme e respeitoso em relação a outros países marcaram a política externa brasileira, que, o atual governo parece ter descartado. Isso coloca em cheque qualquer previsão em relação a suas interações com a OTAN. Em seu enquadramento tradicional, a política externa brasileira evitava alianças militares, já que elas obrigam o país a comprometer sangue e tesouro em guerras que podem não ser suas. É verdade que o Brasil se engajou na Segunda Guerra Mundial em defesa dos Aliados, mas não o fez de imediato nem de forma gratuita.

Com efeito, excetuando-se a breve gestão de Magalhães Pinto, quando a política externa brasileira associou-se a um “alinhamento automático”, o pragmatismo e a busca de autonomia marcaram a ação internacional do Brasil. Mesmo durante a Guerra Fria, o país adotou posturas não alinhadas, reafirmando sua autonomia e lembrando ao mundo, como fez Araújo Castro na ONU em 1963, que os pontos cardeais eram

quatro, sendo necessário reduzir as diferenças entre o Norte e o Sul pela via do desarmamento, do desenvolvimento e da descolonização. Outros exemplos marcantes desse padrão foram o rompimento do Acordo de Cooperação Militar com os EUA, durante o governo Geisel, em função do Programa Nuclear Brasileiro e a postura adotada durante a guerra das Malvinas.

A interação com a OTAN é, pois, corolário da relação com os EUA. Precisamente por compreender as assimetrias de poder com os EUA, o Brasil buscou manter seus espaços de autonomia, em geral por meio de concentração com os países vizinhos. Ciente do crescente interesse pela Amazônia e pelo Atlântico Sul, a política externa brasileira criou arranjos regionais que lhe permitissem cooperar com os países vizinhos onde houvesse consenso e elevar os custos de possíveis intervenções de potências extrarregionais. Foi assim que se desenharam o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978 (destinado a institucionalizar a cooperação entre os 12 países amazônicos que o integram, sendo fortalecido pela criação da OTCA, em 2002), e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, criada por Resolução da Assembleia Geral da ONU em 1986.

Assim enquadrada, a relação com a OTAN marcou-se, no plano político, por cautela e preocupação com a possibilidade de envolver a América do Sul e o Atlântico Sul em conflitos até então circunscritos ao Hemisfério Norte. No âmbito militar, a intensa cooperação com os EUA, impulsionada durante a Segunda Guerra Mundial, registrou uma história distinta. Além dos numerosos treinamentos de oficiais, intensificados nos anos 1960, a cooperação militar com os EUA criou incentivos burocráticos, doutrinários e orçamentários para intensificar trocas entre o Brasil e os países da OTAN, abrindo espaço para o país participar da rede de fornecedores de material de emprego militar que adotam o padrão OTAN.

Eis como se estruturou esse processo, de forma sintética: em 1968, o Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras estabeleceu a Comissão Permanente de Catalogação de Material, iniciando um processo que le-

vou à criação do Sistema Militar de Catalogação (em 1982) e do Número de Estoque Brasileiro (em 1986), ambos à semelhança do padrão OTAN. Na década de 1990, as forças singulares substituíram seus sistemas de gerência de estoques por esse padrão e, em 1997, o Brasil ratificou acordos de padronização de material de emprego militar com a Agência de Abastecimento e Manutenção da OTAN. Seguiram-se acordos bilaterais com países da OTAN, a instalação do *NATO Mail Box System*, que permite intercambiar dados com os países filiados ao Sistema de Catalogação da OTAN e o reconhecimento do status de relacionamento TIER 2 nesse sistema (MD, 2003).

Como se vê, as reticências da política externa em relação aos riscos de uma associação mais próxima com a OTAN não se fizeram sentir na cooperação técnica militar, marcada por medidas de confiança mútua que, na prática, organizaram o sistema de catalogação brasileiros termos da OTAN. Por conseguinte, também a indústria de material de emprego militar no país se desenvolveu nesse marco estrutural, buscando nichos em que atuar como potencial fornecedor, em nichos específicos, para todos os países que adotam esse padrão. O processo de aproximação foi longo e influenciado pela intenção de desenvolver uma base industrial de defesa mais robusta para o Brasil, evidente nas décadas de 1970 e de 2000, marcadas por maior disponibilidade orçamentária e pela sensibilidade política de investir nesse setor.

Além da superação das crises econômicas dos anos 1980 e 1990, esse processo não esteve alheio à transição democrática. A reorganização da economia realizada ao longo dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso deu ao país condições de pensar em reestruturar seu setor de Defesa. Foi também nesse período que os militares, de volta aos quartéis, ocuparam-se em persuadir a sociedade acerca da necessidade de destinar recursos para reequipar as Forças Armadas, sem o que não poderiam cumprir sua missão constitucional de proteger o país. A criação do Ministério da Defesa, em 1999, facilitou o diálogo, ao estabelecer interlocutor político capaz de organizar as demandas militares junto a outras agências do Estado.

Ainda no Governo Lula da Silva, ampliou-se a presença brasileira na Junta Inter-Americana de Defesa (JID), visando facilitar a interlocução com a OTAN nos planos político e técnico, especialmente com respeito à catalogação de produtos de defesa, uma vez que se pretendia fomentar a cooperação na indústria de defesa regional, trazendo-a também para o padrão OTAN. O processo não surpreendeu, pois reforçava a identidade ocidental do Brasil e da América do Sul, dava continuidade lógica às décadas de cooperação técnica e criava oportunidades para o desenvolvimento concertado de iniciativas regionais no campo da indústria de defesa, as quais, em si mesmas, constituem medidas de confiança mútua.

Àquela altura, já estava claro que o desenvolvimento de equipamentos de emprego militar teria de adaptar-se a um dos dois ou três grandes arranjos produtivos, marcados pela influência dos EUA, via OTAN, da Rússia ou da China – que, assim como a Índia, luta para desenvolver capacidades autóctones a partir da compra e ‘benchmark’ de produtos e processos inscritos nesses padrões globais. Para o Brasil, a escolha já estava feita. Cabia apenas matizar o impulso à aproximação nos campos industrial e militar com as desconfianças estratégicas e o receio de ser envolvido em conflitos associados aos compromissos dos EUA, que não souberam excluir “*permanent, inveterate antipathies against particular nations and passionate attachments for others*” como recomendara Washington a seus compatriotas.

Por isso mesmo, e em linha com sua tradição de política externa, o Brasil propôs criar um Conselho de Defesa Sul-Americano na Unasul, que coordenou o esforço de unificar a catalogação dos produtos de emprego militar, promovendo a adesão progressiva dos países membros às regulamentações da OTAN. Essa iniciativa teve vários objetivos simultâneos: reduzir desconfianças dos EUA em relação à Unasul; fortalecia a confiança mútua dos países membros e sua capacidade de agir de forma concertada; criar oportunidades de cooperação industrial, ao ampliar escalas e identificar nichos; e, não menos importante, marcar as diferenças entre América do Sul e América do Norte, entre Atlântico Sul e

Atlântico Norte, sublinhando o fato de que as dinâmicas estratégicas vigentes nesta parte do Hemisfério eram mais estáveis, pacíficas e cooperativas do que as que se vigiam no Hemisfério Norte. Enquanto esteve ativo, todos foram parcialmente alcançados.

Em suma, não apenas sem confrontar, mas promovendo o diálogo e a cooperação entre a América do Sul e a OTAN, foi possível afirmar a autonomia regional (e sua natureza pacífica, livre de armas de destruição em massa), aprofundar a cooperação entre os países da Unasul e fortalecer, pela via multilateral, a capacidade de defesa e dissuasão em relação a ameaças externas. Promoveu-se, assim, a estabilidade regional necessária a manter a região em paz e produtiva, a bem de seu desenvolvimento socioeconômico e da ampliação de sua capacidade de suprir o mundo de água, alimentos e fontes de energia. Ao reduzir a escassez global dessas *commodities*, a América do Sul contribui também para a paz mundial.

Esse seria, leitor, o enquadramento lógico, por razões axiomáticas, históricas e políticas, da relação do Brasil com a OTAN. Embora não escrita, tinha o Brasil uma espécie de grande estratégia, ancorada em sua tradição de política externa e na coerência com que, nos últimos 200 anos, o Estado brasileiro vinha conduzindo suas relações internacionais. Entretanto, em seus governos, Rousseff e Temer não mostraram ter consciência da relevância dessa política de Estado, interesse em promovê-la nem humildade para confiar sua condução à burocracia profissional que dera ao país tantas mostras de competência e apego ao interesse público. Já o governo Bolsonaro, como se viu, trouxe a esse campo o padrão destrutivo de sua atuação nas demais esferas do Executivo. Em relação à OTAN, contudo, enquanto durou a presidência Trump, mostrou renovado interesse em associar-se, além de perseguir junto aos EUA o status de Aliado Preferencial Extra-OTAN, atribuído, na região, a Argentina e Colômbia. Desde então, o tema saiu da agenda, mas vem sendo conduzido no plano da cooperação técnica militar com o mesmo empenho de sempre.

Em poucas semanas, definido o resultado das eleições presidenciais, será possível vislumbrar cenários em que essa relação evoluirá. A reele-

ger-se o atual presidente, o máximo que se pode esperar é a continuidade da cooperação técnica, na esperança de que o retorno de Trump à presidência dos EUA amplie o acesso do Brasil a equipamentos e tecnologias que auxiliem sua indústria a participar de nichos específicos do mercado ocidental de material de emprego militar. Caso Lula da Silva volte à presidência da República, antecipa-se esforço no sentido de ampliar a cooperação regional, nos moldes do padrão descrito anteriormente. Entretanto, também está claro que faltarão recursos para isso e que as prioridades do governo estarão na esfera doméstica.

Nesse íterim, tampouco se espera da OTAN uma ofensiva diplomática na região, ocupada que está com a guerra na Ucrânia e suas prioridades na Europa. Justamente porque a América do Sul está longe de ser prioritária, a tendência da OTAN é tratá-la no marco dos arranjos acima relacionados, o que encerra pelo menos dois riscos importantes para a região: enxergá-la como lócus de instabilidades e ameaças difusas, especialmente no que concerne ao crime organizado transfronteiriço, às migrações ilegais e às mudanças climáticas; e considerar o Atlântico Sul mera extensão do Atlântico Norte, reforçando a perspectiva já em curso de tratar a “Bacia do Atlântico” como um espaço securitário integrado. Nenhuma dessas perspectivas convém ao Brasil ou à América do Sul.

Conclusões

Este ensaio examinou a evolução da relação entre o Brasil e a OTAN no atual cenário de segurança, marcado pelo recrudescimento da disputa geopolítica entre grandes potências em um ambiente no qual a interdependência permanece, não obstante o esvaziamento dos arranjos de governança global. Por ser mais volátil e instável, esse contexto favorece a demanda por alianças políticas e arranjos colaborativos que apontem para a ampliação de escalas na produção de material de emprego militar, a qual depende da vigência de padrões como os que a OTAN desenvolveu ao longo das últimas décadas, os quais vêm sendo adotados pelo Brasil e por outros países sul-americanos.

Ao situar a América do Sul nesse contexto de multipolaridade sem multilateralismo, o argumento concentrou-se no papel dos EUA, dada a sua liderança na OTAN, e no processo pelo qual essa organização se reinventou a partir do fim da Guerra Fria, redefinindo suas prioridades, expandindo-se na direção do leste europeu e construindo arranjos colaborativos coerentes com seus interesses em diferentes esferas. Nesse redesenho, o papel de atores sul-americanos é pouco relevante, mas tende a crescer em importância devido às características da região, em que outras grandes potências disputam interesses com os EUA.

O interesse brasileiro em aproximar-se da OTAN restringiu-se historicamente à cooperação técnica, especialmente visando participar mais intensamente como fornecedor de material de emprego militar em nichos que lhe permitam desenvolver a indústria de defesa. Nisso o país vem trabalhando há décadas, havendo adotado o sistema de catalogação da OTAN e colaborado com sua difusão na América do Sul. A despeito da tentativa do atual presidente de aproximar-se dos EUA durante o governo Trump, o fulcro da relação com a OTAN permanece como antes, e não falta quem aponte a conveniência de manter essa orientação, dado que uma vinculação mais profunda implicaria o risco de o Brasil se envolver nos conflitos de que a organização participa e ver reduzida sua autonomia no âmbito regional.

Atualmente, contudo, o Brasil mostra-se incapaz de definir prioridades em suas relações internacionais, inclusive em relação à OTAN. Se, no futuro próximo, o país retomar sua capacidade agir coerentemente no cenário internacional, convirá ter presente que ampliar a relevância política dessa relação aponta para a possibilidade de a OTAN estabelecer-se na região, elevando a instabilidade e a insegurança regional de três maneiras distintas, infelizmente não exclusivas: intensificando a disputa com China e Rússia pelo acesso aos recursos naturais da América do Sul; tratando a região como fonte de ameaças difusas, associadas, por exemplo, ao crime organizado e ao aquecimento global; e estendendo a dinâmica vigente no Atlântico Norte ao Atlântico Sul, o que anularia sua condição de zona de paz e cooperação, livre de armas de destruição em massa.

Referências

AMORIM, C. **A Grande Estratégia do Brasil. Discursos, Artigos e Entrevistas da Gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília, FUNAG / Ed UNESP, 2016.

ARAÚJO, E. Discurso de posse, em 02/01/2019. Disponível em <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>, 2019. Acesso em 19/08/2022.

BAUMANN, R. Globalização, desglobalização e o Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy** 42 (3), p. 592-618, 2022.

BRASIL. Decreto No 8.609, de 18/12/2015. Promulga o Acordo entre a o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Washington, em 12/04/2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8609.htm. Acesso em 18/08/2022.

DÍAZ TORIBIO, J. **Las trece crisis: la supervivencia de la OTAN a sus cuestionamientos internos**. Documento de Opinión IIEE 75/2022. https://www.iee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2022/DIEEEO75_2022_JOSDIA_OTAN.pdf y/o enlace bie3. Acesso em 23/09/2022

EMBRAPA. **Visão de Futuro. Crescimento das exportações brasileiras e atendimento a novos mercados, 2021**. Disponível em <https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/intensificacao-tecnologica-e-concentracao-da-producao/sinal-e-tendencia/crescimento-das-exportacoes-brasileiras-e-atendimento-a-novos-mercados>. Acesso em 14/10/2022.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022**. Disponível em <https://forum-seguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em 01/10/2022

FUCCILE, A. CARLOS, M. & LEITE, M.L.T.A. Geopolítica dos Recursos Naturais na América do Sul: um panorama dos recursos hídricos sob a ótica da Segurança Internacional. **Mural Internacional** V. 8 | N. 1, JAN-JUN 2017. Acesso em 01/09/2022.

GATES, R. University of Virginia, Miller Center Oral History, George H.W. Bush Presidency, July 24, 2000, p. 101, disponível em https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early#_edn1. Acesso em 20/08/2022.

GILBERT, J, ROSSATI, A. e BRONNER, E. **Como a China superou o prestígio dos EUA na América do Sul, 2022**.

Disponível em <https://www.bloomberglinea.com.br/2022/02/20/como-a-china-superou-o-prestigio-dos-eua-na-america-do-sul/>, Acesso em 01/09/2022.

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a category of Bourgeois Society.** Trans. Thomas Burger with Frederick Lawrence. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

LUTE, D. & BURNS, N. *NATO at seventy. An Alliance in crisis.* Project on Europe and the Transatlantic Relationship, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 2019.

MD. **Manual do Sistema Militar de Catalogação**, Vol. 1, 2003. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md42a_ma_01a_manuala_sismicata_vola_I.pdf Acesso em 27/08/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. UNASUL, 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniaode-nacoes-sul-almericanas>. Acesso em 25/08/2019.

NAMIHAS, S. (Ed). **La presencia de China en la región sudamericana. Las implicancias en el campo de la seguridad.** Red de Política de Seguridad. Lima, IDEI/PUC & KAS, 2021.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **NATO Expansion: What Gorbachev Heard.** Documentos desclassificados em 12/12/2017, disponíveis em <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early> Acesso em 20/08/2022.

OTAN. **Washington Treaty**, 1949. Disponível em https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_67656.htm#:~:text=On%204%20April%201949%2C%20the,very%20heart%20of%20the%20Alliance. Acesso em 02/09/2022.

SALCEDO, C. R. **Quais são os investimentos milionários que aumentam a influência da China na AL**, 2021. Disponível em <https://www.bloomberglinea.com.br/2021/10/01/quais-sao-os-investimentos-milionario-que-aumentam-a-influencia-da-china-na-al/>, Acesso em 15/07/2022.

STIGLITZ, J. **Getting Deglobalization Right**, 2022. Disponível em <https://www.project-syndicate.org/commentary/deglobalization-and-its-discontents-by-joseph-e-stiglitz-2022-05?barrier=accesspay>. Acesso em 13/10/2022.

STOLTENBERG, J. **Speech by NATO Secretary General Jens Stoltenberg at the event: NATO's outlook towards 2030 and beyond**, 30/11/2021. Disponível em https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_189089.htm Acesso em 15/03/2022.

USA. **National Security Strategy 2022**. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf> Acesso em 13/10/2022.

USSC. **USMLO Brazil, US-Brazil Agreements**, Unclassified, 2017. Disponível em https://www.ndia.org/-/media/sites/ndia/divisions/international/20170823_defense_agreements_update.ashx?la=en. Acesso em 02/09/2022.

VOLKMER, I. **The global public sphere: public communication in the age of reflective interdependence**. Cambridge, Polity Press, 2014.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha é doutor em Ciências Sociais, é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, onde atualmente exerce o cargo de Diretor. Serviu aos ministérios da Defesa, Educação e Relações Exteriores e à SAE/PR, cumprindo funções de direção e assessoramento superior. Implantou e dirigiu a Escola de Defesa da UNASUL, o Instituto Pandiá Calógeras, o Centro de Estudos Brasileiros em Porto Príncipe, bem como o Pró-Defesa e o Pró-Estratégia. Sua pesquisa e produção científica concentram-se nas áreas de segurança internacional e defesa nacional.